

CARTOGRAFIAS DO CUIDADO NOS ITINERÁRIOS TRAVESTIS: NOTAS INICIAIS SOBRE A AVALIAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE CIDADANIA LGBT DE NATAL-RN¹

Davi Silveira Guerra

Graduando em Medicina pela Universidade Iguazu – UNIG, davigue@gmail.com.

Ribamar José de Oliveira Junior

Doutorando em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, ribamar@ufrj.br.

Annderson Oliveira

Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, annderson@ufrn.edu.br.

Oswaldo Gomes Correa Negrão

Professor orientador: Doutor em Ciências da Saúde, Departamento de Saúde Coletiva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, oswaldonegrao@gmail.com.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo principal apresentar notas iniciais sobre o projeto de extensão que visa mapear os itinerários travestis através da rede de atenção à população LGBTQIA+ no Centro Municipal de Cidadania LGBT da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Desse modo, pretendemos identificar e avaliar o acolhimento no serviço institucional através das nuances

1 Pesquisa desenvolvida com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

entre as violências, a saúde e a assistência, sobretudo, pelas práticas da humanização e pelos sentidos do cuidado no atendimento. Para tanto, procuramos apresentar os percursos das travestis por meio do referencial metodológico da cartografia, no sentido de percebermos a produção subjetiva do cuidado a partir das construções e dos contextos das corporalidades, dos gêneros e das sexualidades no acolhimento da saúde. Nesse sentido, a pesquisa-intervenção visa mapear os itinerários por meio do que pode ser visto como cartografia do cuidado diante dos diálogos, das interações e dos acontecimentos na vivência e no atendimento. Com os resultados, esperamos analisar os processos e as estratégias situacionais da rede de atenção, no sentido tanto de contribuirmos criticamente para o debate diante da patologização das identidades abjetadas socialmente, como de destacarmos ações sociais de intervenção capazes de potencializar a formação continuada profissional da instituição municipal de combate à violência sexual e de gênero. Além disso, visamos promover habilidades na formação dos profissionais da rede de saúde do município de Natal, a fim de impulsionar o interesse e de habilitar o cuidado específico a esse público nas redes de atenção.

Palavras-chave: Saúde, Gênero e Sexualidade, Corpo, Travesti, Cartografia.

“Não se nasce mulher, torna-se traveca”
(LUSTOSA, 2016, p. 395)

Introdução

Este trabalho apresenta os percursos iniciais do projeto de extensão que iniciou a partir de questões do Grupo Temático (GT) “Saúde da Mulher” do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) e, em seguida, se desdobrou através de uma pesquisa premiada no 14º Congresso Internacional da Rede Unida, cuja proposta traçou perspectivas interprofissionais no cuidado diante da saúde das mulheres a partir do alargamento da própria categoria de mulher pelas intersecções das mulheres trans e travestis no atendimento equitativo. Assim, o X Prêmio Mário Chaves considerou que a pesquisa contribuiu para as experiências e os estudos sobre mudanças na formação de trabalhadores, como vetor de aproximação com o Sistema Único de Saúde (SUS). Na concepção das Competências para a Prática Colaborativa Interprofissional (CPCI), consideramos necessário pensar uma possível criação de um Grupo Temático dentro do PET para discutir a saúde LGBTQIA+. Nesse sentido, o projeto de extensão dialoga com a proposta da pesquisa mencionada e visa como atividade de extensão cartografar a produção do cuidado nos itinerários travestis do Centro Municipal de Cidadania LGBT, instituição pública inaugurada pela Prefeitura do Natal no dia 30 de setembro de 2020.

Desse modo, visamos identificar e avaliar o acolhimento no serviço institucional através das nuances entre as violências, a saúde e a assistência, sobretudo, pelas práticas da humanização e pelos sentidos do cuidado no atendimento pelo percurso das próprias travestis. Ao considerar a relação entre as Ciências Sociais e Humanas no campo da Saúde Coletiva, destacamos as mudanças sociais diante das questões de gênero e sexualidade, com ênfase no contexto das transexualidades e das travestilidades nas políticas de saúde pública no Brasil. Diante disso, de acordo com o “Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans brasileiras em 2020”, divulgado no dia 29 de janeiro de 2021 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), foram mapeados 175 assassinatos de pessoas LGBTQIA+. São Paulo aparece como estado que mais matou a população trans em 2020, seguido do Ceará, da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro que apresentaram aumento no número de casos em relação a 2019. A

região do Nordeste foi a que mais contabilizou assassinatos com 43% dos casos. No Rio Grande do Norte, a situação segue em 8º lugar do ranking de assassinatos por estado, contabilizando 7.

No caso da cartografia do cuidado nos itinerários travestis do Centro Municipal de Cidadania LGBT, apresentamos uma possibilidade de pesquisa ao lado dos cursos da área de Saúde na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tendo em vista a forma como é possível de relacionar a participação social discente e docente com os serviços públicos de assistência e de acolhimento no combate à violência sexual e de gênero. De tal modo, ressaltamos, de acordo com Pinto et al. (2020), o quanto serviços de saúde são importantes para o acolhimento da população LGBT, não somente pelo modelo de atenção à saúde ser capaz de reconhecer e atender por meio de suas políticas públicas, mas sim pelo fato de que o conhecimento e a capacitação da equipe de saúde podem prover uma rede de apoio diretamente efetiva no cuidado no RN. Logo, a porção educativa e formativa do projeto visa intensificar e impulsionar estes interesses no meio dos profissionais da saúde do município de Natal. O ponto chave da pesquisa está em compreender como o cuidado aparece nos processos subjetivos das travestis e como essas políticas de subjetivação podem modelar ferramentas e habilidades para a transformação do acolhimento do centro.

Metodologia

No bojo qualitativo, o referencial metodológico do projeto de extensão articulado na pesquisa visa desenvolver uma cartografia do cuidado a partir dos itinerários travestis no Centro Municipal de Cidadania LGBT da capital potiguar. Por isso, retomamos a produção subjetiva do cuidado por meio das travestis diante do que Ferigato e Carvalho (2011) trazem entre cartografia e saúde, pela forma como cartografar os processos na Saúde Coletiva pode ser investigar o que dá expressão e o que transforma os modos de produção do cuidado. Assim, o que as autoras abordam reflete no nosso trabalho por meio da proposta de “pesquisar processos, que serão produzidos e, ao mesmo tempo, transformados pelo próprio ato de pesquisar em agenciamento com as linhas de força e de subjetivação do campo problemático” (FERIGATO; CARVALHO, 2011, p. 668). É importante destacarmos o quanto a proposta da cartografia como um método de

pesquisa segue influências teórico-práticas na Saúde Coletiva brasileira, mostrando crescimento e apontando modos de intervenção na complexidade do SUS e na ação das pessoas e dos coletivos.

Como ferramentas cartográficas da pesquisa, diante do próprio desafio da prática na cartografia, visamos alinhar visibilidades e dizibilidades do individual ao coletivo na produção do cuidado e da vida. Para tanto, utilizaremos como aportes na primeira etapa do projeto de extensão as entrevistas semiestruturadas para o acompanhamento da produção subjetiva e dos processos de subjetivação, com base na cartografia do cuidado em Silva et al. (2012) que auxilia no mapeamento dos itinerários travestis de atenção à saúde da população LGBTQIA+, no sentido de percebermos e sinalizarmos a produção da realidade social e a definição da modelagem dos serviços de saúde. “É necessário que os profissionais saibam ouvir, sobretudo, porque a usuária quer relatar suas experiências baseadas na sua visão de mundo” (SILVA et al., 2012, p. 641). Por isso, ressaltamos a necessidade do diálogo como parte significativa da equipe entre a equipe profissional de saúde, as travestis acolhidas e o grupo de pesquisa envolvido.

De acordo com Pigozi (2018), as ações de saúde, para serem efetivas, devem considerar as subjetividades e as singularidades que garantem um cuidado com respeito às diferenças. “O exercício de cartografar exige um deixar afetar-se. De modo que, nesse plano coletivo de forças, pesquisador não se isola do processo ou posiciona-se como mero expectador” (PIGOZI, 2018, p. 4). Desse modo, a entrevista não visa apenas alcançar a experiência, mas chegar até a expressão pelos signos sensíveis que produzem cuidado pela vivência das travestis. Ao levarmos em consideração o que Favero (2020) aponta sobre os modos como pesquisar a dor dos outros, visamos repensar estratégias metodológicas por meio da cartografia nos efeitos do campo, pois não basta apenas declaramos o nosso lugar de fala, devemos perceber como e quando produzimos efeitos. “Uma escrita situada, consequentemente, é uma escrita que se dá nos intervalos. No espaço artificial do ‘entre’ é que se torna possível emergir uma política que reconhece os efeitos dos atores e atrizes em cena” (FAVERO, 2020, p. 14).

Referencial teórico

Ao lado do pensamento de Pelúcio e Miskolci (2009), retomamos a forma como a saúde pública pode ser atravessada pelos discursos

contra hegemônicos que foram historicamente silenciados e ignorados através das noções de risco e de desejo na visão dominante sobre a sexualidade. Quando propomos pensar o cuidado e a travestilidade, retomamos o que Jesus (2012) destaca sobre o percurso das travestis em seu próprio esboço subjetivo do afeto e da vida no contraponto da estigmatização do termo “travesti”, pois acreditamos no aprendizado por meio da vivência delas nas possibilidades de compreender o cuidado no que diz respeito às estratégias de “envivecimento”, nos termos de Leal (2020). “Em nosso país, o espaço reservado a homens e mulheres transexuais, e a travestis, é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento de sua identidade” (JESUS, 2012, p. 11). Pelo fato de dialogar com as questões de gênero e sexualidade em contextos específicos, a exemplo das relações sociais mediadas pelo cuidado e pela humanização do atendimento, o projeto de extensão apresentado na pesquisa visa desenvolver uma abordagem *queer* nas políticas públicas através do que Motta (2016) situa pelo o que está por trás do contexto discursivo da política de atenção à saúde e a concomitante Política Nacional de Humanização (PNH) que traz a perspectiva do cuidado.

Como afirma Santos Filho, Barros e Gomes (2009), a própria PNH traz as diretrizes do acolhimento da pessoa usuária e da clínica ampliada, sendo uma prática interdisciplinar com a proposta de entender o significado do adoecimento e tratar a doença no contexto de vida, na forma como a qualificação do modo de fazer saúde ocorre (BRASIL, 2006). Assim, o trabalho opera pelas estratégias de qualificação do cuidado, na medida em que permitem o protagonismo dos sujeitos que buscam o cuidado e valorizam o diálogo para além da busca de sinais e sintomas no fechamento do diagnóstico clínico simplificado. Entretanto, para serem implementadas essas estratégias se faz preciso treinamentos contínuos, inseridos em uma política de educação permanente para as equipes responsáveis pela atenção da população. É necessário também que existam estratégias de fixação de profissionais que compõem as equipes, principalmente, para fortalecer o estabelecimento do vínculo e para proporcionar ações continuamente acompanhadas. De certa forma, visamos pensar o atendimento na mira do “traveco-terrorismo” no campo da saúde, como traz Lustosa (2016).

“Enquanto o *queer* desfaz gênero na teoria, a travesti desfaz gênero na prática. O traveco-terrorismo é capaz de ir despedaçando,

progressivamente, os estereótipos homem/mulher, homo/hétero, natural/artificial” (LUSTOSA, 2016, p. 395). Nesse sentido, o estabelecimento da cogestão do cuidado também se apresenta como outra diretriz da PNH que amplia a possibilidade de resposta às demandas da comunidade na medida em que procura estabelecer a horizontalidade da relação, no sentido de trazer a responsabilidade de cada um dos pontos das redes de atenção na busca pela integralidade do cuidado. A cogestão permite que exista o debate e as reflexões necessárias na busca do cuidado, pactuando com os procedimentos, as atividades e a busca da solução de demandas individuais ou advindas das grupalidades e dos coletivos. Por fim, vale ressaltar que a PNH também tem o compromisso com a valorização dos trabalhadores e com os processos de trabalho, cujo objetivo aparece no reforço das demandas por educação permanente das equipes e na valorização das ações de trabalhos interprofissionais em rede. Através do coletivo, podemos potencializar as capacidades de resposta para as demandas que extrapolam as próprias linhas do cuidado da saúde, ampliando o próprio conceito do que pode ser tido como saúde.

Assim, consideramos as contribuições de Bento (2017) sobre os estudos transviados diante da despatologização do gênero a partir dos direitos humanos e da cidadania pelo direito à saúde, na medida em que procuramos enfrentar argumentos que utilizem da possível estratégia discursiva da diferença natural dos corpos como origem das identidades. “Portanto, discutir gênero é se situar em um espaço de lutas marcado por interesses múltiplos. A natureza do gênero é ser, desde sempre, cultura” (BENTO, 2017, 89). Afinal, quando Pereira (2018) aborda a forma como os corpos travestis são reconstruídos pela agência e mediação, vale mencionar o contexto em que a corporalidade aparece construída no rebate à violência, nas tramas das próprias localizadas dissidências sexuais e de gênero, como menciona Colling (2017). No entanto, diante da produção do cuidado, visamos trazer a forma como as travestis potiguares refletem o cuidado na construção da sua própria travestilidade, na medida que trazem o que são por meio singularidades que carregam nos percursos tracejados. “Estes componentes influenciam direta ou indiretamente na estética corporal e comportamental das travestis, sendo impossível determinar uma definição que possa contemplar todas as experiências travestis ou travestilidades” (ANDRADE, 2012, p. 96).

Diante do que Mbembe (2018) traz como necropolítica, pensamos a potência do Sistema Único de Saúde (SUS) pelas vulnerabilidades e pelos marcadores sociais que demarcam a violência motivada por conta das dissidências sexuais e de gênero da travestilidade. No reconhecimento que as travestis enfrentam pela discriminação da sua identidade de gênero no SUS, como apontam Ferreira et al. (2017), refletimos sobre as vivências a partir da necessidade de mais integração entre os segmentos sociais e os serviços de saúde que perpassam fragilidades no atendimento diante da especialização no cuidado. Pelo o que trazem Rocon, Duarte e Sodré (2018), destacamos a importância dos elementos essenciais no processo de acolhimento profissional, a exemplo da mudança de nome e das expressões da questão social vivida pelas trans e travestis, principalmente, a partir das demandas acolhidas. “Especificamente no processo transexualizador, aqui apontamos para o desenvolvimento do trabalho junto às famílias, redes socioassistenciais e a construção de uma consciência sanitária como profícuo campo de intervenção” (ROCON; DUARTE; SODRÉ, 2018, p. 528).

Como mencionam Muller e Khauth (2008) sobre as desigualdades no SUS, a necessidade de qualificar os profissionais de saúde visa repensar um atendimento capaz de fissurar a propagação do estigma e da marginalização das travestis, ambos aspectos que acentuam as consequências da saúde pública. É o que Jesus (2016) menciona no processo de reconhecimento de cidadania das pessoas trans no campo da saúde. “Mesmo discorrendo a partir de diferentes estratégias de inclusão, no âmago do debate se identifica a pauta da despatologização das identidades trans (incluídas as travestis) como imprescindível para que a referida população seja tratada com o mínimo de humanidade” (JESUS, 2016, p. 198). Por isso, a necessidade de cartografar os itinerários pela produção subjetiva do cuidado dialogam com o que Monteiro e Brigeiro (2019) destacam pelas experiências de acesso de mulheres trans e travestis aos serviços de saúde, quando mencionam que as narrativas sobre a mudança corporal e a transição de gênero aparecem na tensão entre as tecnologias oferecidas no serviço.

Portanto, o que Rocon et al. (2019) apontam pela produção de sofrimento ao desrespeito do nome social e a transfobia e travestifobia institucionalizadas, trazemos como horizonte de reversão do quadro analítico por meio do projeto esboçado na pesquisa, pois compreendemos como uma violação ética diante das existências trans e travestis

qualquer tipo de não reconhecimento das construções corporais da população por parte do Centro Municipal de Referência LGBT, tendo em mente a “necessidade de investimentos em processos formativos com trabalhadores da saúde orientados por uma perspectiva ética, de produção de afecções em direção à produção de sensibilidades implicadas com o reconhecimento e a expansão e proteção das vidas trans” (ROCON et al., 2019, p. 10). Pela leitura da população LGBTQIA+ na pandemia da Covid-19 no Brasil, destacamos o que Oliveira, Carvalho e Jesus (2020) trazem pelos elementos sociopolíticos que contribuem para a discussão do âmbito da dinâmica que afetam essas pessoas. Assim, procuraremos perceber como as travestis têm enfrentado a pandemia em Natal e como a instituição municipal pode acolher as situações em seus contextos específicos.

Sem dúvidas, o pensamento de Oliveira e Duarte (2020) sobre os marcadores sociais entre a vulnerabilidade, a precariedade e a subalternidade, contribui para a reflexão sobre a forma como a instituição municipal entende a cidadania LGBT através da vivência das trans e travestis. Por isso, os corpos transvestigêneres trazem perspectivas importantes para repensar inclusive o que se entende por cidadania, sobretudo, por meio de como a sociabilidades foram sistematicamente precarizadas em seus modos de existência. “Portanto, a morte e o aniquilamento do outro pelo cisheterossexismo-terrorista não se limita, exclusivamente, ao corpo, mas se manifesta na impossibilidade de se viver uma vida com dignidade, com garantia de direitos e com políticas públicas” (OLIVEIRA; DUARTE, 2020, p. 321).

Resultados e discussão

Nesse momento, não iremos nos ater aos resultados por conta da discussão a partir da cartografia dos itinerários travestis ainda não ter iniciado, tendo em vista que o Centro Municipal de Cidadania LGBT foi inaugurado, durante o período de pandemia, em Natal em apenas 7 meses. Assim, realizamos uma primeira reunião no dia 26 de março de 2021 com a equipe da instituição e a equipe de pesquisa envolvidas no projeto de extensão, no sentido de apresentamos a iniciativa e os objetos principais da ação universitária. No encontro, via *Google Meet*, contamos com a presença de parte da equipe do centro, nos nomes de Luana Soares e Laniara Araújo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

No entanto, foi realizado um primeiro encontro da equipe com o professor Oswaldo Negrão do Departamento de Saúde Coletiva da UFRN, no dia 9 de novembro de 2020, após a Presidente Luana ter demonstrado interesse em desenvolver parcerias ao ficar sabendo da disciplina de “Saúde e Violências” ministrada no Departamento de Enfermagem em parceria com o Departamento de Saúde Coletiva da UFRN pelo professor mencionado, pela professora Paula Brandão e pelo estagiário docente voluntário Ribamar Oliveira. Na ocasião, o professor Oswaldo trouxe o percurso universitário por meio da trajetória inicial do centro de trabalhar por duas vias, tendo em vista o trabalho no Ambulatório Estadual de Saúde Integral de Transexuais e Travestis no Rio Grande do Norte, inaugurado no dia 31 de janeiro de 2020, no Hospital Giselda Trigueiro, zona Oeste da cidade, diante da assistência no processo inicial de hormonioterapia e acompanhamento clínico pré-operatório, e do serviço socioassistencial de garantia de direitos, cuja principal demanda era a retificação do nome social, justamente pelo descaso e pela violência interpessoal que os serviços públicos, a exemplo das delegacias e das unidades de saúde não reconhecerem o direito assegurado pelo Decreto 8727/16, de 28 de abril de 2016, ocasionando erros na própria documentação.

A partir disso, de volta ao encontro com a equipe de pesquisa, foi traçada uma estratégia de atuação diante do objetivo do centro de organizar o “Observatório da Violência LGBT de Natal”, no sentido de traçar o perfil epidemiológico e sociodemográfico de mobilidade e mortalidade diante do percurso no mapeamento das instituições onde a comunidade está transitando para resolver as demandas inerentes à sociabilidade. Por isso, foi sugerida a parceria com o “Observatório da Violência” (Obvio) pelo Instituto Marcos Dionísio de Pesquisa da UFRN, no qual o professor Oswaldo segue como coordenador. No caso, de antemão, o centro trouxe o referencial de que a maioria das pessoas que procuraram a instituição são trans. Naquele período, o centro estava dando abertura ao mapeamento de modo remoto sobre a população transexual, travesti e transgênero com o objetivo de coletar informações iniciais para contribuir com o desenvolvimento das políticas públicas a serem articuladas pelo centro.

Assim, as ações de saúde montadas a partir desse projeto apresentado na pesquisa buscarão utilizar essas dissidências do cenário trans e travesti em Natal para moldar a educação profissional e os debates às suas principais necessidades, de modo que os recortes

adequados sejam feitos na hora de promover a equidade e longitudinalidade adequadas ao que é demandado por esta população. Com os resultados em seus caminhos, esperamos analisar os processos e as estratégias situacionais da rede de atenção, no sentido tanto de contribuir criticamente para o debate diante da patologização das identidades abjetadas socialmente, como de destacar ações sociais de intervenção capazes de potencializar a formação continuada profissional da instituição municipal de combate à violência sexual e de gênero. Além disso, visamos promover habilidades na formação dos profissionais da rede de saúde do município de Natal no ano de 2021, a fim de impulsionar o interesse e de habilitar o cuidado específico a esse público nas redes de atenção.

No dia 30 de abril foi realizada uma segunda reunião com o centro, na qual foi articulado a possibilidade de envio do relatório de dados do “Observatório da Violência LGBT de Natal” do ano de 2020, a necessidade de continuar o mapeamento pela baixa adesão do público devido pandemia e os percursos iniciais da cartografia a ser traçada. Assim, pensamos que o relatório pode auxiliar na construção de atividades formativas para a equipe profissional da instituição, nos pressupostos iniciais da pesquisa, sobretudo, pelo indicador de que a maior população que buscou a unidade até agora foi de trans, mais especificadamente, mulheres trans. Apesar do horário reduzido e especial e da limitação do agendamento pela pandemia, acreditamos que a partir do percentual de demandas do arquivo por parte da população já acolhida traz um horizonte de diálogo interessante para pensarmos na entrada da cartografia. Desse modo, foi ressaltado a necessidade de pensar em questões que o centro trouxe entre os temas da violência LGBTQIA+fóbica, da saúde integral, tendo muitas demandas de saúde bucal, e do trabalho na prostituição. No sentido do trabalho de Souza et al. (2014), buscamos acompanhar as trajetórias das travestis em busca do cuidado em saúde, sobretudo, nas múltiplas formas do cuidado.

Diante disso, a equipe de pesquisa fará um planejamento no mês de maio para apresentação à instituição municipal em junho, no sentido de organizarmos as atividades a serem desenvolvidas com a equipe profissional e o início da pesquisa cartográfica. A partir da previsão da entrada na cartografia para o segundo semestre do ano de 2021, devido a possibilidade de melhoria do quadro da pandemia no município de Natal e no país, articularemos previamente a possibilidade de

acompanharmos o fluxo no Ambulatório TT a partir de algumas semanas, tendo em vista a afetação com o campo de pesquisa por meio da produção de subjetividade em torno de cuidado na vivência das interlocutoras. Para isso, o centro solicitou um breve esboço da proposta de pesquisa para apresentar à equipe do ambulatório, sobretudo, pelo fato das pessoas envolvidas na pesquisa transitarem no cotidiano dos atendimentos e na abordagem com as trans e travestis acolhidas.

Apesar da necessidade de termos bons indicadores e de registro do banco de dados, consideramos mais importante ainda pensar na parte qualitativa da pesquisa em seus detalhes a partir do período histórico do centro e das vivências dissidentes sexuais e de gênero. Até então, temos trabalhado com a ficha de acolhimento e o formulário de mapeamento, tendo em vista os percursos iniciais no desenvolvimento desta ação que procura trazer a capacitação e a educação permanente na qualidade da atenção à população LGBTQIA+, principalmente, pelo suporte de uma equipe instrumentalizada, capacitada e atualizada em formação continuada entre o projeto de extensão e a instituição municipal.

Considerações finais

Assim, vislumbrar uma mudança no SUS significa não só olhar com outros olhos quem devemos acolher, mas assegurar a existência de uma vida possível de ser vivida dentro dos princípios desse sistema, pois a universalidade, a equidade e a integralidade nos serviços em saúde são os pontos em que lançamos mão nesta pesquisa que procura compor repertórios subjetivos das interlocutoras, dando sentido a uma iniciativa possível. Nesse viés, enxergar a subjetividade das travestis pode nos possibilitar mudanças significativas na forma de pensar revendo a criação de um arcabouço de evidências para a viabilização de conhecimento, ampliando a significância do sistema de saúde.

Por isso, a cartografia dos itinerários travestis pode nos fazer enxergar com outros olhos como o cuidado em saúde pode chegar a essa população de forma equitativa e integral, conhecendo os caminhos para um acolhimento mais humanizado e mais eficiente para as atividades do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal. De certa forma, a pesquisa que visa permear uma intercomunicação para acompanhamentos continuados a partir do processo descentralizador do

SUS, adentrando as comunidades através também da Atenção Básica. Nesse caminho, se faz necessário o preparo de toda a estrutura teórica e prática para um atendimento humanizado capaz de questionar quem pode ter direito à cidadania diante das dissidências sexuais e de gênero. Afinal, entendemos também os riscos da noção de cidadania institucionalizada e o quanto ela pode ser fissurada por outros modos possíveis nos termos da travestilidade.

Agradecimentos

Agradecemos aos professores Pablo Rocon e Marco Oliveira e a professora Jaqueline Gomes de Jesus por demonstrarem disposição em contribuir para o desenvolvimento do projeto de extensão por meio dos comentários realizados na apresentação da comunicação oral deste trabalho no ST (9), Saúde, Equidade e Direito à Diferença, no X CINABEH. Agradecemos ao Centro Municipal de Cidadania LGBT pela parceria com o projeto de extensão da UFRN.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2015. Tese de Doutorado. PPGED. UFC.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

COLLING, Leandro. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: Eufba, 2017.

Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

FAVERO, Sofia Ricardo. Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 3, p. 1-16, 2020.

FERIGATO, Sabrina Helena; CARVALHO, Sérgio Resende. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, p. 663-676, 2011.

FERREIRA, Breno de Oliveira et al. Vivências de travestis no acesso ao SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1023-1038, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** Brasília, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Medicina: uma ciência maligna? Debate psicopolítico sobre estereótipos e fatos. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 195-204, 2016.

LEAL, Abigail Campos. **Me curo y me armo**, estudando: a dimensão terapêutica y bélica do saber prete e trans. São Paulo: N-1 edições, 2020.

LUSTOSA, Tertuliana. Manifesto traveco-terrorista. **Revista Concinnitas**, v. 1, n. 28, p. 384-409, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

MOTTA, Jose Inacio Jardim. Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 73-86, 2016.

MULLER, Magnor Ido; KNAUTH, Daniela Riva. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado'!. **Cadernos Ebape.br**, v. 6, n. 2, p. 01-14, 2008.

OLIVEIRA, Dandara Felícia Silva; DUARTE, Marco José de Oliveira. Trabalho e tra(ns)vesti(gêneres)lidades: elementos para uma análise. In: PINHEIRO, Diógenes; REIS, Cláudia. (Org.). **Quando LGBTs invadem a escola e o mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. UNIRIO, 2020. p. 298-325.

OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes; CARVALHO, Henrique Rabello de; JESUS, Jaqueline Gomes de. LGBTI+ em tempos de pandemia da Covid-19. **Diversitates International Journal**, v. 12, n. 1, p. 60-94, 2020.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids ea repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 1, p. 125-157, 2009.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Judith Butler e a Pomba Gira. **cadernos pagu**, n. 53, p. 1-14, 2018.

PIGOZI, Pamela Lamarca. A produção subjetiva do cuidado: uma cartografia de bullying escolar. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, p. 280-312, 2018.

PINTO, Isabella Vitral et al. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200006. SUPL. 1, 2020.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; DUARTE, Marco José de Oliveira. Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador. **Revista Katálisis**, v. 21, n. 3, p. 523-533, 2018.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180633, 2019.

SANTOS FILHO, Serafim Barbosa; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; GOMES, Rafael da Silveira. A Política Nacional de Humanização como política que se faz no processo de trabalho em saúde. **Interface (Botucatu)**, v. 13, n. 1, p. 603-613, 2009.

SILVA, Raimunda Magalhães da et al. Cartografia do cuidado na saúde da gestante. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 17, p. 635-642, 2012.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de et al. Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 2277-2286, 2014.